

Entrevista com o professor Doutor Samuel Moyn (Harvard Law School)

1) Você poderia falar um pouco sobre sua trajetória acadêmica?

Eu sou historiador da história intelectual europeia por formação. Eu me constitui como um intelectual escrevendo sobre o desenvolvimento do pensamento moderno, com foco na França e Alemanha. Eu terminei minha tese de doutorado na University of California-Berkeley, em 2000, sobre a história da filosofia moral no entre guerras e a transferência da fenomenologia da França para a Alemanha e as origens do existencialismo (posteriormente, em 2005, foi publicada como *Origins of the Other: Emmanuel Levinas between Revelation and Ethics*).

Eu também tenho formação em direito na Harvard University – mas depois de algumas experiências trabalhando para o governo, eu logo vi que queria trabalhar como historiador profissional, apesar de ter interesses em outras áreas. Eu fiquei muito satisfeito de ter entrado para o Departamento de História da Columbia University, em 2001, logo depois de terminar meus estudos. Recentemente, principalmente por razões pessoais, me transferi para a Harvard University, atuando principalmente na Faculdade de Direito, mas também no Departamento de História.



2) No campo dos direitos humanos você é associado com um pensamento crítico. Quais são suas principais influências nessa área?

Eu tinha grande empolgação em relação aos direitos humanos internacionais na época em que estudava Direito. Essa era uma época, vale dizer, em que cursos sobre o assunto eram raros e não existia interesse pelos direitos humanos nos círculos das humanidades que eu frequentava até então. Eu gostei das aulas de direito internacional dos direitos humanos com Henry Steiner; sobre o direito dos conflitos armados com Theodor Meron; e sobre justiça de transição com José Zalaquett. Também foi nessa época que trabalhei para o governo. Passei três ou quatro meses no *National Security Council* trabalhando com a equipe que cuidava da implementação dos Acordos de Dayton e organizava a campanha de bombardeios no conflito do Kosovo.

Nessa época, tal campanha foi apresentada (na verdade, eu ajudei a apresentá-la dessa maneira) como parte de nossa preocupação com o genocídio e a memória do Holocausto e eu acreditava que a proteção dos direitos humanos seria um grande chamado nesse sentido. Aliás, eu ainda acredito que é moralmente válida. Mas eu também tive aulas com Roberto Mangabeira Unger, o filósofo brasileiro que é um dos fundadores dos *critical legal studies*. Eu acho que eu assimilei profundamente a sua crítica ao reformismo liberal minimalista – não como uma missão redentora, mas como uma proposta modesta – e isto provavelmente permaneceu como minha principal crítica aos direitos humanos nos meus trabalhos subsequentes.¹ Contudo, minha principal tarefa não tem sido elaborar uma crítica abstrata aos direitos humanos, os quais, aliás, eu admiro bem mais do que seus mais ferrenhos inimigos acadêmicos. Diferentemente, eu abordei o tema como um historiador profissional.

Nos meus primeiros anos como professor, eu lecionava um curso chamado “As Origens Históricas dos Direitos Humanos”, em uma época em que não existiam livros

¹ Moyn mobiliza esta crítica de Unger, originalmente pensada dentro do contexto do constitucionalismo norte-americano, aos direitos humanos internacionais na sua dura crítica ao trabalho de Beth Simmons (*Mobilizing for Human Rights*). Ver, Samuel Moyn, “Do Human Rights Treaties Make Enough of a Difference?”, In: Conor Gearty e Costas Douzinas (eds.) *The Cambridge Companion to Human Rights Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. (N.T.)



sobre o assunto. O clássico livro da historiadora Lynn Hunt, *Inventing Human Rights*, de 2007, foi um estímulo para este novo campo de estudo, mas foram minhas próprias reflexões sobre qual tipo de historiografia os direitos humanos merecem que me levaram a escrever sobre o assunto.

Originalmente eu queria produzir uma correção na historiografia (o que eu pensava que seria um pequeno desvio na minha carreira) e esta decisão resultou em *The Last Utopia: Human Rights in History* (2010), escrito em um ano sabático que passei no *Institute for Advanced Study*, em Princeton, em 2008-09. Ao buscar desenvolver a minha própria abordagem eu fui influenciado por muitos pensadores do passado e do presente, como Edmund Burke e Karl Marx, ambos defensores da ideia de que os direitos universais são resultados de contextos particulares; Marcel Gauchet e Richard Tuck, que correlacionaram a ascensão dos direitos individuais com a ascensão do Estado moderno; e Tony Judt e Claude Lefort, que refletiram profundamente sobre a ascensão da “anti-política” nos anos 1970, da qual, segundo tais autores, o crescimento da consciência dos direitos humanos era parte.



3) Seu livro, *The Last Utopia*, gerou debates acalorados sobre quando os direitos humanos internacionais, como são entendidos hoje, vieram à tona. A historiografia geralmente os coloca nos anos 1940 e você argumenta que os anos 1970 devem ser o foco. Isso para não mencionar os que os conectam com o direito natural ou a Revolução Francesa. Você argumenta que tanto o declínio em importância do nacionalismo anticolonial quanto de um socialismo de caráter transformativo abriram caminho para uma utopia mais minimalista, os direitos humanos, ganharem o apelo popular que não tinham até então. Você reconhece que o argumento é controverso. Você poderia, por favor, explicar algumas das controvérsias que sua tese gerou e como você reagiu a elas?

Eu fui surpreendido pela enxurrada de críticas, apesar, é claro, de ter escrito o livro para gerar um debate. Mas eu também sentia que estava falando coisas bem óbvias. Eu nunca quis negar as continuidades entre as temporalidades mais longas que vocês mencionaram e os direitos humanos em nossa era, mas eu queria romper com uma visão totalmente teleológica que sugere que os nossos direitos humanos são uma ideia ou um movimento esperando para acontecer desde o aparecimento de Jesus, ou a eclosão da Revolução Francesa, ou o término da Segunda Guerra Mundial. A maior parte das críticas ao meu trabalho foram direcionadas ao argumento inatacável de que sem estes episódios passados os direitos humanos não teriam a centralidade que eles têm hoje. Mas esta crítica, apesar de ser a mais comum, tem sido a menos interessante.

Na verdade, ela não capta o principal aspecto da minha intervenção, que foi mostrar o quão surpreendente, na verdade, é o fato dos direitos humanos terem atingido a escala e a importância que eles têm hoje – no nascimento de um movimento que cruza fronteiras, no restabelecimento da antiga prática imperialista da intervenção humanitária, e na “credibilidade” (como meu amigo historiador Mark Bradley coloca) dos direitos humanos para grandes estratos de pessoas, incluindo acadêmicos como filósofos e cientistas políticos que antes os menosprezavam. Se havia algum propósito no meu livro, era fazer estas pessoas refletirem sobre o quão recente é seu entusiasmo.



Em certa medida eu falhei, mas o argumento ainda é válido, até onde eu percebo. Uma crítica mais interessante ao meu trabalho é aquela que afirma que eu deixei de mencionar qualquer relação entre a história dos direitos humanos e a história da economia política - que é, de fato, uma séria fraqueza que estou tentando remediar no meu trabalho mais recente.

4) Você tem se envolvido em debates com cientistas políticos e acadêmicos de Relações Internacionais. Você não se mostra convencido pelo material empírico que eles apresentam sobre a difusão das normas internacionais de direitos humanos e sobre a importância dos tratados internacionais. Você os critica por não concederem a devida atenção às contestações histórico-políticas que estas normas geram. Isto tem um apelo de caráter conservador, como você parece colocar. Você poderia, por favor, falar um pouco sobre isto?

A minha preocupação é que a virada empírica da ciência política, que tanto nos ensinou, tenha agora atingido seus limites. Não pode haver dúvidas do grande avanço intelectual gerado pelo simples fato de se verificar a realidade e reunir dados a fim de saber se o mundo está melhor por causa dos direitos humanos. Obviamente, para se atingir esta clareza os acadêmicos que vocês mencionaram limitaram suas perspectivas, principalmente se focando no direito internacional dos direitos humanos, e, especialmente, nos tratados internacionais.

A mais conhecida acadêmica é a brilhante Beth Simmons, cuja obra-prima *Mobilizing for Human Rights* busca mostrar que tais tratados internacionais, como a Convenção Contra a Tortura, melhoraram os resultados relativos à proteção dos direitos humanos. Claro, há críticas de fundamentação empírica, talvez as mais interessantes vindas do professor de direito da University of Chicago, Eric Posner. Contudo, como se percebe, ao fim e ao cabo Posner basicamente concorda com Simmons que, em circunstâncias muito restritas, o direito internacional dos direitos humanos melhora ligeiramente a situação do mundo. Eu concordo com Posner de que o principal achado da recente virada empírica é principalmente de que a legislação dos



direitos humanos tem tido um efeito quase insignificante para o mundo – mesmo que seja positivo.

No entanto, ao contrário de Posner, eu não vejo isto necessariamente como uma derrota. Muita energia, e especialmente energia emocional e imaginativa, foi investida no projeto dos direitos humanos (o que ajudou a mudar muitas expectativas ao redor do mundo) para que ele não acabe sendo uma fonte de sentimento reformista no futuro. A questão, a saber, é se os achados empíricos ajudam a convencer os mais acrílicos partidários dos direitos humanos de que suas estratégias iniciais falharam porque eles não fizeram do mundo um lugar muito melhor. Porque só depois o verdadeiro debate pode começar: ou mudam-se as estratégias de direitos humanos ou se busca alguma outra coisa para suplementá-los.

Na maior parte das vezes, eu sinto que a segunda alternativa é o melhor caminho. Nós devemos deixar os direitos humanos fazerem aquilo que eles fazem bem feito, que é principalmente estigmatizar as falhas dos Estados e especialmente no que diz respeito aos direitos civis e políticos de “primeira geração”, enquanto continuamos a explorar novas alternativas que os regimes e movimentos de direitos humanos não provêm – especialmente quando se trata de violações em massa. De maneira mais importante, nós precisamos desenvolver novas formas de ideologia e mobilização para confrontar o sofrimento no campo socioeconômico, no qual os direitos humanos provaram ser – se eu posso colocar desta forma – ainda mais inúteis quando comparado à dimensão das liberdades civis e políticas.



5) Recentemente alguns pesquisadores argumentaram que o movimento dos direitos humanos é um movimento de elites e não propriamente um movimento popular. Este parece ser um ponto especialmente importante aqui na América Latina. Qual é sua opinião sobre isto? O que você acha que o movimento dos direitos humanos deve fazer para conquistar os corações e mentes das camadas mais pobres?

Este é outro tópico sobre o qual novas investigações empíricas têm nos fornecido *insights* úteis. Já era óbvio para mim que em termos comparativos (os únicos termos que existem) os direitos humanos falharam em penetrar de forma significativa nos movimentos populares. Eu comparo esta noção com outras ideologias “ocidentais” que se espalharam pelo mundo todo e considero que o caso dos direitos humanos é limitado – mesmo que apenas pelo fato de ser uma ideologia tão jovem. Considere o cristianismo ou o comunismo: ambos claramente atraíram um grande número de seguidores em todo o mundo e no nível de afiliações não há comparação com a capacidade relativamente fraca de engajamento dos direitos humanos.

Na América Latina, as pesquisas da Kathryn Sikkink e outros revelam que, na maior parte das vezes, estamos lidando com um estilo de pensamento e mobilização que uniram as elites transnacionalmente, o que não foi pouco, especialmente face ao terror organizado transnacionalmente na era da Operação Condor. Mas isto não é o mesmo que a penetração em movimentos populares, o que é comumente ausente, ainda que ocorra em certos casos.

O mais novo estudo de James Ron e seus colegas, no que diz respeito à cena global, emprega os métodos empíricos mencionados acima para mostrar que tal penetração é de modo geral muito limitada.² Obviamente, como eu digo, este achado pode apenas significar que os direitos humanos estão ainda nos seus momentos iniciais. Mas eu sinto que a comparação com outras filosofias e abordagens levanta

² Para o link do estudo de James Ron e seus colegas, ver [https://www.opendemocracy.net/openglobalrights/james-ron-david-crow-shannon-golden/struggle-for-truly-grassroots-human-rights-move] (em 13 set. 2014). E para o pequeno comentário de Samuel Moyn sobre estudo, ver [http://www.humanityjournal.net/blog/human-rights-are-superficial] (em 13 set. 2014). (N. T.)



dúvidas sobre esta possibilidade. Concepções como nacionalismo e comunismo espalharam-se como fogo – muito rapidamente – ao redor do mundo, o que não parece estar acontecendo com os direitos humanos. Continuemos a observar e analisar.

6) O Sistema de Direitos Humanos da ONU, especialmente o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (criado em 1993), tem desenvolvido “estratégias de campo” (ground strategies) com vistas a atingir as pessoas comuns. Qual é sua opinião sobre o papel dos órgãos de direitos humanos da ONU, especialmente o Conselho de Direitos Humanos e o Alto Comissariado?

Geralmente eu não os vejo como ferramentas muito úteis. A história do Conselho de Direitos Humanos não é edificante, e a nova literatura como o livro de Rosa Freedman, *Failing to Protect: The UN and the Politicisation of Human Rights* (2014), sugere que uma organização de, por, e para os Estados é ainda previsivelmente falha em estabelecer um *enforcement* significativo, e, às vezes, mesmo um monitoramento justo e abrangente. Certas inovações como o sistema de Revisão Periódica Universal ao lado de vários dos chamados Procedimentos Especiais têm sido salutares.

No que diz respeito à criação do Alto Comissariado, é obviamente um grande acontecimento, e, consideravelmente, o otimismo ao redor dele é devido a figuras como Navi Pillay, que em momentos cruciais, foi capaz de chamar a atenção do mundo para graves violações de direitos humanos. Mas nem mesmo o Alto Comissário pode afetar a equação básica de poder na Organização.

No meu trabalho histórico, eu argumentei que os direitos humanos se tornaram uma ideologia popular (claro, especialmente entre as elites) apenas quando tiveram condições de evitar as Nações Unidas, trabalhar por fora dela, pois nela os direitos humanos permaneceram na obscuridade durante e depois da redação da Declaração Universal (1948). Mas este mesmo processo significou que um número muito maior de pessoas pôde reivindicar a definição do que eram os direitos humanos



e o que eles demandavam, inclusive cada governo dos Estados, bem como cada uma das crescentes constelações de grupos da sociedade civil. Em troca da relevância, os direitos humanos tiveram que passar a conviver também com a cacofonia.

7) Em sua visão, qual é o debate atual mais interessante no campo dos direitos humanos? Quais são os caminhos futuros da sua pesquisa?

Como eu mencionei, eu estou atualmente respondendo às justificadas críticas ao meu trabalho anterior: de que eu contei a história dos direitos humanos como se a história da economia política não importasse. Agora eu estou escrevendo um novo livro que conectará estes tópicos. O ponto central da narrativa é que a história dos direitos humanos na verdade segue de perto a trajetória da história da evolução da economia política global desde a Segunda Guerra Mundial. Em uma fase inicial, as nações foram encarregadas de prover crescimento guiado pelo Estado e a Declaração Universal refletiu este consenso, oferecendo essencialmente uma carta para os Estados de bem-estar nacionais.

A fase mais interessante começou com a crise do Estado de bem-estar social em meados dos anos 1970, em conexão com a renovação do sistema de Bretton Woods, o choque do petróleo, e o início do que alguns chamam de neoliberalismo. Milton Friedman ganhou o prêmio Nobel em 1976 e a Anistia Internacional em 1977, e a parte final do meu livro tenta interpretar essa convivência entre o fundamentalismo de mercado e os direitos humanos desde essa época. Ao contrário de alguns marxistas, eu não vejo esta conexão como estreita e necessária. De qualquer forma, é verdade que os dois fenômenos compartilham certas características, notavelmente seu *ethos* individualista e suas consequências antiestatais: ambos tomaram como seus principais alvos o Estado de bem-estar autárquico, especialmente no sul global.

O que eu estou tentando fazer ao elaborar estas observações, contudo, não é “descartar” os direitos humanos como outra espécie de ideologia neoliberal. Ao invés disto, eu estou tentando relatar uma história trágica: desde o seu nascimento, os regimes e movimentos de direitos humanos podem ter adquirido a capacidade de



estigmatizar Estados por violações de direitos civis e políticos, mas têm assistido impotentes à ascensão de certa forma de capitalismo global desregulamentado, que pouco afetaram. Se estivermos preocupados com as depredações cometidas pelo atual regime da economia política, os direitos humanos provavelmente não ajudarão a contestá-los.

Entrevista conduzida pelos professores Matheus de Carvalho Hernandez (UFGD) e Emerson Maione de Souza (UFF), em 08 de setembro de 2014.